



16642767



08129.010513/2019-11



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos  
Coordenação de Planejamento, Articulação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº 03/2019

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 03/2019, celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo objeto é o fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), contemplando a realização de cursos a distância sobre Política Nacional sobre Drogas (PNAD), sobre narcotráfico e crime organizado e sobre novas substâncias psicoativas.

1- Processo SEI nº: 08129.010513/2019-11.

2- Objeto do 1º Termo Aditivo: Inclusão de novas metas e novos produtos, extensão do prazo inicialmente pactuado e nova transferência de recursos em valor correspondente.

3 - Vigência: 12/12/2019 a 31/08/2023.

4 - Valor Total do TED nº 03/2019: R\$ 7.074.367,09 (sete milhões, setenta e quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e nove centavos).

5 - Fundamentação legal: A prorrogação tem base legal na Cláusula Sétima do TED 03/2019, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 e demais normas regulamentares da matéria

Data da Assinatura: 03/12/2021.

LUIZ ROBERTO BEGGIORA

Secretário Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Camilo Baptista, Coordenador(a)-Geral de Investimentos, projetos, monitoramento e avaliação**, em 07/12/2021, às 20:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16642767** e o código CRC **ACD223B1**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.